

## GUIMARÃES ROSA OU AS VEREDAS TORTAS<sup>1</sup>

Por mais que me tenha esforçado nos últimos anos, sempre que venho ao Brasil, em falar devagar e abrir as vogais, não consegui ainda deixar de me sentir uma espécie de jagunço: vindo de uma terra estranha, falando com uma pronúncia estranha – não há acordo ortográfico que ponha termo a isto – e, enfim, trazendo colado ao meu nome um sobrenome estranho: Pereirinha. Aconteceu mesmo que ao ler o *Grande Sertão*<sup>2</sup> dei por mim a fantasiar: se eu tivesse nascido no Brasil, não me chamaria “Pereirinha” mas, eventualmente, “Pereirão”. É um nome que aparece na obra de Guimarães Rosa, no meio de tantos outros nomes que Riobaldo, o narrador e protagonista, se propõe a certa altura enumerar como tributo aos companheiros de jagunçável.<sup>3</sup>

Ainda assim, creio que o meu sobrenome não destoaria por completo no *Grande Sertão*, tal a exuberância de nomes e jeitos estranhos de dizer que aí se encontra, como se o autor, mais do que a estranheza do lugar propriamente dito, o sertão brasileiro, quisesse sobretudo *estranhar* a própria língua, se me permitem o termo, isto é, fazê-la sair das *veredas*, dos caminhos habituais e rotineiros da língua comum, reinventando nesta uma espécie de língua estrangeira, como fazem todos os bons livros, segundo Proust.<sup>4</sup> Na verdade, seja qual for o nome, há sempre nele um fundo de estranheza. Todo o nome é estranho, pois, como dizia um outro escritor, José Saramago, conhecemos o nome que nos deram, não o nome que temos.<sup>5</sup> E todo o nome carece de algo mais, de um complemento, como mostram os diversos sobrenomes que vêm acrescentar-se por exemplo ao nome de Riobaldo: Tatarana, Urutú Branco..., enfim. O sertão aceita todos os nomes.<sup>6</sup>

Um dos muitos nomes estranhos que aparecem no *Grande Sertão* é o de Nhorinhá, a meretriz, uma das figuras do amor para Riobaldo, juntamente com Diadorim (o amigo que o fascina e perturba) e Otacília (com quem ele se casa). No fundo, mais do que individualidades, importa considerar estas personagens como representando diferentes maneiras de acercar-se, de nomear a perturbação que afeta este corpo falante que nós somos: um estranho animal que, na falta de um instinto que o conduza naturalmente ao Outro sexo, tem de inventar e percorrer veredas estranhas, inusitadas, onde nem sempre o amor, o desejo e o gozo coexistem ou se atam de forma simples ou unívoca.

Riobaldo, o narrador, ilustra bem essa perturbação. A certa altura, ele conta que recebeu uma carta de Nhorinhá: uma carta simples, pedindo notícias e dando lembranças.<sup>7</sup> Nada de significativo, portanto. Acontece que esta carta demorou oito anos a chegar ao seu destino, sendo que Riobaldo já estava casado com Otacília quando a recebeu. Tal como na famosa *Carta roubada*, de Edgar Allan Poe, interessa menos o que está escrito nela, o seu conteúdo – que ao fim de tanto tempo já quase não se podia ler –, que as andanças desta carta pelo imenso sertão.

---

<sup>1</sup> Uma versão deste texto foi apresentada no dia 18 de Maio de 2012, durante as XIX Jornadas de Direito e Psicanálise, promovidas pelo Núcleo de Direito e Psicanálise da Universidade Federal do Paraná, e subordinadas ao tema: Intersecções e Interlocações a Partir do julgamento em Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa e publicada em PEREIRINHA, F., *Passagens: da literatura à psicanálise, via direito*. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

<sup>2</sup> ROSA, Guimarães, *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2011.

<sup>3</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 334-336.

<sup>4</sup> Cf. “Les beaux livres sont écrits dans une sorte de langue étrangère» (frase citada e comentada por Gilles Deleuze, in *Critique e clinique*, Paris : Éditions Minuit, 1993, pp. 9-10).

<sup>5</sup> SARAMAGO, J., *Todos os nomes*. Lisboa, Caminho, 2007 (Epígrafe).

<sup>6</sup> Cf. *Ibidem*, p. 506.

<sup>7</sup> Cf. *Ibidem*, p. 115.

Se é verdade que as horas é que formam o longe,<sup>8</sup> a carta de Nhorinhá parece servir unicamente para ilustrar a grandeza, o tamanho do Sertão. Mas de que tamanho é, afinal, o sertão? Se ele é do tamanho do mundo,<sup>9</sup> como diz Riobaldo a certa altura, numa das várias definições que apresenta, de que tamanho é o mundo?

O mundo, como sabemos, tem vindo a encurtar a olhos vistos por obra e graça da tão falada globalização.<sup>10</sup> Estamos num tempo em que as horas fazem minguar o longe, por assim dizer, em vez de o formarem, como acontecia no Grande Sertão, uma vez que demora cada vez menos tempo a percorrer grandes distâncias, o que faz com que o mundo se torne mais pequeno a cada dia que passa. Tudo o que estava longe ou parecia inalcançável está agora ao alcance da mão, à distância de um clique. É por isso que uma carta que demora oito anos a chegar ao seu destino nos provoca um sorriso, pois não é deste tempo. Hoje, Nhorinhá teria enviado um *e-mail* ou uma mensagem instantânea via *Facebook* ou *Twitter*, conversado por telefone *celular* ou *Skype*, exibido o seu corpo em direto, frente a uma câmara, para deleite de Riobaldo, num tempo em que o mundo cabe todo numa pequena janela de computador. Uma carta escrita pertence a uma época em que a *nuvem* era apenas aquilo de onde chovia, e não o que pode ser acedido de qualquer lugar, a qualquer hora, e para onde guardar os mais diversos documentos.

Uma carta escrita pertence a um tempo em que não existiam ainda o *Google Earth* ou o GPS, sofisticados aparelhos que nos orientam e tornam permanentemente localizáveis. O que parece mais difícil, hoje, é perder-se, tornar-se invisível, desaparecer. De um modo ou de outro, estamos sempre contactáveis. De 1956, data da sua primeira publicação, até 2012, o Grande Sertão encurtou, tornando-se minúsculo, do tamanho de um pequeno ícone ou link onde se pode clicar.

E tudo por culpa daquilo que Célio Garcia, um psicanalista brasileiro, sintetiza num artigo com o nome “aceleração temporal”.<sup>11</sup> Nesta época, em que tudo se torna cada vez mais rápido, não há lugar para tempos mortos, tempos em que aparentemente nada se passa.

Compreende-se: para que serve o puro tempo,<sup>12</sup> vazio,<sup>13</sup> para falar como Riobaldo, o tempo que perdura e se gasta inutilmente, improdutivamente, numa espécie de finalidade sem fim (Kant), quando tudo à nossa volta exige que aceleremos o passo para atender aos imperativos de produção e consumo que emanam do capitalismo global? A *deslei*, para usar um termo de Riobaldo, do Grande Mercado exige que se elimine ou diminua tudo aquilo onde se gasta ou perde tempo a não ser o estritamente necessário para consumir ou produzir.

Na verdade, aquilo que principalmente se produz – e em grandes quantidades – é lixo, dejetos. Há uma íntima relação entre a lixeira, mais do que isso, a cloaca, como notava Lacan em 1968, e a civilização.<sup>14</sup> No estado de civilização a que chegamos, o lixo, aquilo que se evacua ou deita fora – porque é imundo, improdutivo, não serve para nada – tem vários nomes, até mesmo o de lixo humano, que hoje se produz um pouco por toda a parte. Daí a angústia. A época atual parece ter diminuído em parte o sentimento de culpa (fazendo implodir os velhos ideais ou interditos um após outro), mas não a angústia. Por exemplo a angústia perante a urgência de responder sem demora a um real desordenado, sem lei. Responder depressa e, digamos, em linha reta, isto é, no mais curto espaço de tempo. Se o Grande Sertão remete para um tempo e

---

<sup>8</sup> Cf. *Ibidem*, p. 604.

<sup>9</sup> Cf. *Ibid.*, p. 89.

<sup>10</sup> Cf. MACGILLIVRAY, A., *A breve história da globalização*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2008.

<sup>11</sup> Cf. GARCIA, C., “Accélération temporelle”, *L’Ordre symbolique au XXIe siècle*, Scilicet, Paris: École de la Cause freudienne, 2012, pp. 13-16.

<sup>12</sup> *Ibid.*, 603

<sup>13</sup> *Ibid.*, 548.

<sup>14</sup> Cf. LACAN, J., *Mon Enseignement*, Paris: Seuil, 2005, pp. 84-85.

um lugar feito de curvas, compassos de espera, caminho e descaminho, tempos mortos e desvios, avanços que são recuos, recuos que são na realidade avanços, a nossa época exige, pelo contrário, do ponto de vista geométrico, a linha reta.

O escritor Gonçalo M. Tavares, numa entrevista que deu há algum tempo, dizia que há hoje uma obsessão pela velocidade e pela linha reta, sendo que ambas expressam, no fundo, a mesma tendência para encurtar a distância entre dois pontos.<sup>15</sup> Mais do que a “estrada principal” de que falava Lacan em 1956, numa lição *Seminário III*,<sup>16</sup> precisamente o ano da publicação do livro de Guimarães Rosa, trata-se aqui da autoestrada. A cidade acaba com o sertão, como se diz no romance, porque substitui as suas *veredas tortas*<sup>17</sup> por grandes linhas direitas, por autoestradas.

Como sublinha igualmente o escritor Gonçalo M. Tavares, a tradição fez equivaler a linha reta à retidão. Um percurso não é apenas reto em termos geométricos, mas é também correto, com correção, justo.<sup>18</sup> A reta adquiriu, assim, a par de uma significação geométrica, igualmente uma significação moral e jurídica: como endireitar ou corrigir o que está torto, pôr ordem onde reina a desordem ou o caos. Eis o que Freud não deixou de assinalar no capítulo III de *Mal-estar na civilização*, segundo o que poderíamos designar como metáfora jurídica: a passagem ou a substituição de um regime de violência bruta, de satisfação irrestrita da pulsão, “onde manda quem é forte”,<sup>19</sup> pela ordem do direito.<sup>20</sup> É também, a meu ver, o que se encena, o que se ilustra no famoso julgamento de Zé Bebelo, um dos pontos culminantes de *Grande Sertão: Veredas*.

Num escrito de 1971, Lacan afirmava que “não há reta senão pela escrita”.<sup>21</sup> Quer num sentido geométrico, quer num sentido jurídico ou, até moral, quando se trata de retificar, de reduzir ou submeter o real à linha reta, é preciso recorrer à escrita para traçar, definir ou codificar o que está em jogo. E quando se começa a escrever, a coisa pode nunca mais parar. A pulsão da ordem, da retidão vai introduzindo, paradoxalmente, cada vez mais curvas, mais nuances, mais intervalos, mais desvios, de tal forma que um processo (também no sentido jurídico, mas não só) tende a demorar cada vez mais tempo, a atrasar-se, a emperrar aqui ou além, até ao impossível de transpor, ao infinitamente distante, ainda que esteja próximo. Como naquela paródia de Georges Perec em que alguém que pretendia simplesmente encontrar-se com o seu chefe de serviço para lhe pedir um aumento (coisa cada vez mais difícil, na verdade), acaba por andar às voltas, aumentando progressivamente a pequena distância que o separava inicialmente dele, em vez de a encurtar.<sup>22</sup> Daí a infelicidade que a civilização (altamente burocrática) provoca nos indivíduos: é preciso contornar cada vez mais obstáculos, mais pedras no caminho, como diria o poeta, para atingir aquilo que se pretende. Era esta também, pelo menos, a conclusão de Freud, por volta de 1930, no texto *Mal-estar na civilização*.

Mas é aqui, precisamente, que o problema se agudiza, uma vez que o nosso tempo, dominado pela aceleração e pela linha reta, não suporta – ou suporta cada vez menos – que algo demore o seu tempo ou que não vá simplesmente a direito. Desse ponto de vista, o nosso tempo já não é, definitivamente, o tempo de Freud. Daí que certas práticas, em particular as práticas da palavra

---

<sup>15</sup> Cf. TAVARES, Gonçalo.M., “Entrevista a Marcelo Rebelo de Sousa”, em linha, <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/goncalo-m-tavares-marcelo-entrevista-escritor-goncalo-tvi24/1307428-4071.html>

<sup>16</sup> LACAN, J., *Le Séminaire*, Livre III, *As Psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, lição de 20 de junho de 1956, pp. 327-331.

<sup>17</sup> Cf. *Ibidem*, p. 113.

<sup>18</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>19</sup> Cf. *Ibidem*, p. 35.

<sup>20</sup> Cf. FREUD, S., *Malaise dans la culture*. Paris : P.U.F., 1995, pp. 38-39.

<sup>21</sup> Cf. LACAN, J. “Lituraterre”, *Autres Écrits*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2003, p. 22.

<sup>22</sup> PEREC, G., *A arte e o modo de abordar o seu chefe de serviço para lhe pedir um aumento*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

(quer seja a literatura, a psicanálise ou até mesmo, em certo sentido, o direito) tendam a ser encaradas, usando um termo de Gonçalo M. Tavares, como “máquinas de lentidão”.<sup>23</sup> Algo que faz sintoma, por conseguinte. Do ponto de vista da linha reta, da autoestrada (em particular a “autoestrada da informação”) ou das comunicações instantâneas, em tempo real, todas as práticas referidas parecem demasiado lentas; nessa medida, elas são cada vez mais objeto de suspeita e acusação, sujeitas a um “juízo” popular, mediático, como se hoje fossem elas a ter de sentar-se no banco dos réus: práticas de jagunço, anacrônicas, num tempo em que domina o capitalismo e a tecnociência, a velocidade e a linha reta.

Em meados dos anos 50, Lacan falava de um “tempo lógico”, o qual se modulava, por sua vez, num “instante do olhar”, num “tempo para compreender” e num “momento de concluir”.<sup>24</sup> Numa altura, como a nossa, em que o olhar se tonou instantâneo e o olho absoluto (fenómeno tão bem ilustrado pelo *Grande Olho*, o museu Óscar Niemeyer, em Curitiba),<sup>25</sup> o que acontece ao “tempo para compreender”? Eu diria: torna-se sintoma. Aquilo que se espera, que se exige é, no limite, que entre o instante de ver e o momento de concluir, não haja intervalo, de tal modo que o *tempo para compreender* seja reduzido ao mínimo possível. Daí também a dificuldade que muitos sentem, hoje, em ler o *Grande Sertão*, uma vez que ele exige um tempo, uma disponibilidade que não temos, mesmo se o livro é cada vez mais acessível graças à tecnologia, à Internet ou aos diversos leitores eletrónicos que inundam o mercado. Ele está cada vez mais acessível e mais depressa, é verdade, mas não impraticável.

Aliás, já Freud, num dos seus últimos textos, se deparava com esta questão: visto que uma análise demora cada vez mais tempo, procedeu-se a várias tentativas para o reduzir, isto é, para livrar o sujeito dos seus sintomas o mais depressa possível.<sup>26</sup> Hoje, fala-se igualmente, e com bastante alarido mediático, dos “atrasos da justiça”.<sup>27</sup> Daí que muita gente queira fazer justiça pelas próprias mãos, cortando a direito, em linha reta, em vez de seguir por caminhos mais lentos e, muitas vezes, não menos tortuosos. Há aqui um hiato, uma dessincronia entre um tempo *instantâneo* (o tempo da Internet, das telecomunicações) e o tempo dos consultórios ou dos tribunais. Relativamente ao *instante*, todo o tempo, por mais curto ou longo que seja, é sempre demasiado. Não foi a cidade que acabou com o sertão, foi este que se expandiu, que tomou conta da cidade, do mundo. Se o sertão é do tamanho do mundo é porque todo o mundo, ainda que tenha vindo a encolher nos últimos anos, é hoje um imenso sertão. Diria mesmo: um *desertão*. Pressionados pela angústia que advém do grande *desertão* do real, um real que virou essencialmente negócio, negócio muito perigoso, como diria Riobaldo, e cada vez menos recoberto pela ordem simbólica, perguntamos, mais do que isso, exigimos, que não haja atrasos, que não se perca tempo. Daí, porventura, o sucesso mediático de certas práticas e procedimentos que se propõem encurtar o tempo e o espaço da sua atuação. O nome do lugar onde se realiza o famoso julgamento de Zé Bebelo, no Grande Sertão, expressa bem a natureza de tais procedimentos: *É-já*.<sup>28</sup> Estamos hoje acampados no *É-já*. Eis um nome que condensa bem, numa expressão feliz e ajustada, o que é próprio da nossa época.

O desejo distingue-se do gozo por meio de uma “tensão temporal”: ao “é-já”, do gozo, responde o desejo: não é já. Como mostra a clínica do neurótico, o desejo é uma espécie de dique, de barreira contra o gozo, pois a modalidade de satisfação que este envolve nem sempre é geradora

---

<sup>23</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>24</sup> Cf. LACAN, J, “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, pp. 197-213.

<sup>25</sup> Ver também, WAJCMAN, G., *L'oeil absolu*. Paris: Denoël, 2010.

<sup>26</sup> C. FREUD, S. “Análise terminável e interminável e Interminável”, *Transferência, Construções e Fins da Psicanálise*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011, p. 45.

<sup>27</sup> Cf. GOMES, C., *Os atrasos da justiça*. Relógio D'Água, 2011.

<sup>28</sup> Cf. *Ibidem*, p. 272.

de prazer, antes pelo contrário. O desejo não vai em linha reta, contrariamente ao gozo, não é o caminho mais curto para a satisfação. Riobaldo é um bom exemplo: sempre entortando, adiando o momento de declarar o seu amor ao amigo Diadorim, o que acaba por nunca acontecer. Os antigos cínicos já o sabiam, ao exigir, também eles, o caminho mais curto para a satisfação. Deste ponto de vista, o nosso tempo é cínico, ao exigir que o gozo seja para já e não para mais tarde.

O julgamento de Zé Bebelo, para além muitos outros motivos de interesse, tem a particularidade de introduzir, à sua maneira, esta tensão temporal. É o próprio Zé Bebelo a resumi-la sob a forma de uma alternativa: é ou não é já? Ou, segundo as suas próprias palavras: “Ou me matam logo, ou então eu exijo julgamento correto, legal”.<sup>29</sup>

Aos que defendem o caminho mais curto, a linha reta (mata-se já, a quente), o chefe Joca Ramiro decide trilhar o caminho mais longo, menos direto, embora porventura mais *direito*, se me permitem o equívoco. Desse modo, ele inaugura, no Sertão, uma vereda inédita. Ele escolhe dar a palavra, “deixar falar”.

Eis uma lição de Freud e de Lacan: “o real com que se defronta a análise é um homem a quem é preciso deixar falar (*laisser parler*)”.<sup>30</sup> Deixar falar cada um (seja numa análise, seja num julgamento) implica tempo e desvio, uma certa demora, pois aquilo que se quer dizer nem sempre é conforme com aquilo que efetivamente se diz. A verdade escorrega, não se diz toda, mesmo se a exigência é dizer toda a verdade e só a verdade.

Ao escolher dar a palavra, escutar o que têm a dizer os presentes antes de proferir a sentença, de condenar ou absolver, Joca Ramiro não escolhe portanto o caminho mais curto, mas, pelo contrário, o mais longo, o mais dispendioso. Em certa medida, ele mostra assim que não é uma personagem do nosso tempo, mas de uma época em que a palavra não tinha ainda perdido o seu peso no mercado de valores. Zé Bebelo, o réu, é da mesma craveira que Joca Ramiro: “homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá!”<sup>31</sup> Uma palavra que faz lei, em nome da qual se morre ou se mata. Mas também: em nome da qual não se mata...já. Hoje, pelo contrário, a palavra já não faz lei, já ninguém confia na palavra dada. Por isso, há que ver tudo (existem cada vez mais câmaras espalhadas pelo mundo) e escrever tudo. Se o discurso da ciência, por exemplo, é hoje proeminente em relação aos demais é porque conseguiu contornar os escolhos inerentes à palavra por via da letra, da redução do real à escrita, em particular a escrita matemática. Que futuro, então, para as práticas que têm na palavra – e nas curvas e demoras que esta introduz no real – a sua alavanca, sobretudo quando terapias ou processos mais curtos e diretos (e sem dúvida mais diretivos, mais autoritários), e invocando geralmente o discurso da ciência, prometem acalmar a angústia que provém do real com que somos hoje confrontados?

Se um julgamento demora o seu tempo (o tempo de dar a palavra e de escutar cada um), é ainda mais demorado o tempo que se gasta para saber direito o que uma pessoa é. Deste ponto de vista, como se diz no Grande Sertão, um julgamento é sempre defeituoso porque aquilo que se julga é o passado.<sup>32</sup> Zé Bebelo, o réu, fizera algo, mas ele, enquanto sujeito, “era e não era” aquilo que tinha feito. Do sujeito poder-se-ia dizer o mesmo que da vida: implica sempre um *etcétera*.<sup>33</sup> Quando chega o momento de concluir (um livro, um processo, uma análise), resta algo, um etcétera, impossível de reabsorver, de reduzir. Esta dialética entre algo que chega ao

---

<sup>29</sup> Cf. *Ibidem*, 270.

<sup>30</sup> Cf. LACAN, J. *Autres Écrits*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2003, p. 143.

<sup>31</sup> Cf. *Ibidem*, p. 290.

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*, p. 285.

<sup>33</sup> Cf. *Ibidem*, p. 110.

fim, que termina, e algo interminável, infinito, está bem expressa no texto de Freud: *Análise terminável (com fim) e interminável (sem fim)*.<sup>34</sup>

O que é interminável não é a análise propriamente dita ou, parafraseando Riobaldo, a *travessia* que se faz, mas o que resta de impossível, de real, nesta travessia. O real não está na saída nem na chegada, está no meio.<sup>35</sup> É uma espécie de fora interior, de fora da lei que, não obstante, só advém por meio da lei (da palavra). É o tempo que o sujeito gasta na travessia (um *tempo para compreender*, feito de palavras) que faz consistir, ou melhor, *ex-sistir*, esse real, impossível, com o qual o sujeito tem de lidar a partir daí. Não porque tenha finalmente compreendido tudo, mas porque é suposto *saber fazer* algo com aquilo que não entendeu, pois a gente só sabe bem – como diz Riobaldo – aquilo que não entende.<sup>36</sup> Saber fazer algo com aquilo que não se entende, eis uma vereda possível no Grande Sertão...do real.

De certa forma, o julgamento de Zé Bebelo, embora tendo um lugar de relevo no romance, é secundário em relação a um outro: o do próprio Riobaldo.<sup>37</sup> Sujeito dividido entre o amor e a morte, entre Deus e o diabo, ele procura a absolvição por um crime, um pacto, que não tem a certeza de ter realmente ocorrido. Como um neurótico obsessivo, ele duvida; como um histérico, ele aparenta nada saber daquilo que lhe concerne. Daí o longo monólogo – ou a longa carta, se quisermos – que ele endereça a alguém de que não sabemos o nome, a identidade, e que nunca responde, mas que é suposto saber. Alguém de quem se diz que “sabe muito” e que tem “carta de doutor”.<sup>38</sup> É uma ironia, certamente, pois, como dirá Riobaldo, aquando do julgamento de Zé Bebelo, quem sabe direito o que uma pessoa é?

Com efeito, não é a posse de uma carta de doutor o que permite a alguém saber o que é, mas o tempo, mais ou menos longo, direito ou sinuoso, quase nunca em linha reta, como mostra a fala de Riobaldo, sempre dizendo e desdizendo, que demora a fazer ou desfazer um nó. Um “nó no tempo”.<sup>39</sup> Um nó, por assim dizer, em torno de um buraco. Eis, a meu ver, o que é escrito, desenhado por Guimarães Rosa no princípio e no fim do seu longo romance de mais de seiscentas páginas através do símbolo do infinito: o contorno, a borda de um furo no saber.<sup>40</sup>

Na verdade, o símbolo do infinito, desenhado por Guimarães Rosa, pode ser visto igualmente como uma linha que se encurva, que se dobra, ou como uma *banda de moebius*, por exemplo, onde todos os contrários, os opostos que se contrabalançam e equilibram nesta obra (e são muitos) acabam por dar corpo a uma superfície contínua, de um só lado, sem direito nem avesso. Mas ele pode ser também encarado, finalmente, como uma corda que se ata de uma certa maneira, perfazendo um nó. Um nó em torno de...nada. *Nonada*. Palavra-nó.

Efetivamente, o romance de Guimarães Rosa tem início com esta palavra e praticamente termina com ela: “Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for...Existe é homem humano. Travessia.”<sup>41</sup> Uma travessia em torno de “nada”. Um nada pelo qual se luta, um nada pelo qual se vive e se morre. Mas também um nada a partir do qual se pode criar algo de inédito, pois toda a criação é, de alguma forma, a partir de nada, isto é, da fissura, do buraco que a linguagem introduz na suposta plenitude do real, onde nada falta. É aí, porventura, que o sujeito, beirando esse buraco (que Lacan chamava *troumatisme*), pode enfim *escrever* o nome que *tem* para além do nome que *lhe deram*. Por exemplo: *Nonada*. Estou em crer que é este o verdadeiro nome de

---

<sup>34</sup> Cf. Op.cit.

<sup>35</sup> Cf. Ibidem, p. 80.

<sup>36</sup> Cf. Ibidem, p. 394.

<sup>37</sup> Cf. Ibidem, p. 587.

<sup>38</sup> Cf. Ibid., p. 41.

<sup>39</sup> Cf. Ibidem, p. 612.

<sup>40</sup> Cf. Lacan, “Lituraterre”, op. cit., p. 18.

<sup>41</sup> Cf. Ibidem, p. 624.

Riobaldo, mais verdadeiro até do que Tatarana ou Urutú-Branco, nomes que lhe foram dados pelos companheiros de jagunçagem e que ele adotou. Diferentemente de toda a palavra que reenvia para uma outra, de todo o nome que invoca outro nome, *Nonada* não invoca nada a não ser um vazio de significação, um *nada* de sentido, de onde pode brotar...o quê? Uma vereda inédita.

Termino com duas perguntas: num tempo em que impera a exigência para todos do caminho mais curto, poderá o sujeito, por assim dizer, ter direito à linha torta, à curva, mesmo se esta implica um caminho mais longo? Eis uma questão que eu endereço aos meus colegas e amigos do direito. Eles serão chamados, cada vez mais, a pronunciar-se sobre a legalidade de certas práticas que, aos olhos de muitos, mais parecem hoje práticas de “jagunçagem”, se me permitem o termo. Veja-se, por exemplo, o que tem acontecido em alguns países europeus, onde a psicanálise tem sido, desde há alguns anos, objeto de “emendas”, “decretos-lei”, avaliações diversas que procuram limitar ou, em muitos casos, proibir o seu exercício.

Acrescento ainda o seguinte: mais importante do que saber, em abstrato, se o caminho é reto ou curvo, rápido ou lento, conviria antes sublinhar, como fez um dia Baltasar Gracián, que é suficientemente rápido aquilo que está bem.<sup>42</sup> Poderá algum de vocês assegurar-me de que a rapidez, a aceleração contínua a que hoje assistimos, e que faz sentar no banco dos réus as velhas práticas da palavra, constitui garantia suficiente, por si só, de que as coisas acabem bem? Ou, pelo contrário, conduzirão ao pior?

---

<sup>42</sup> Cf. GRACIAN, B., *A arte da prudência*. Edições Temas da Atualidade, S.A., 1994, p. 30.